

CULTURA

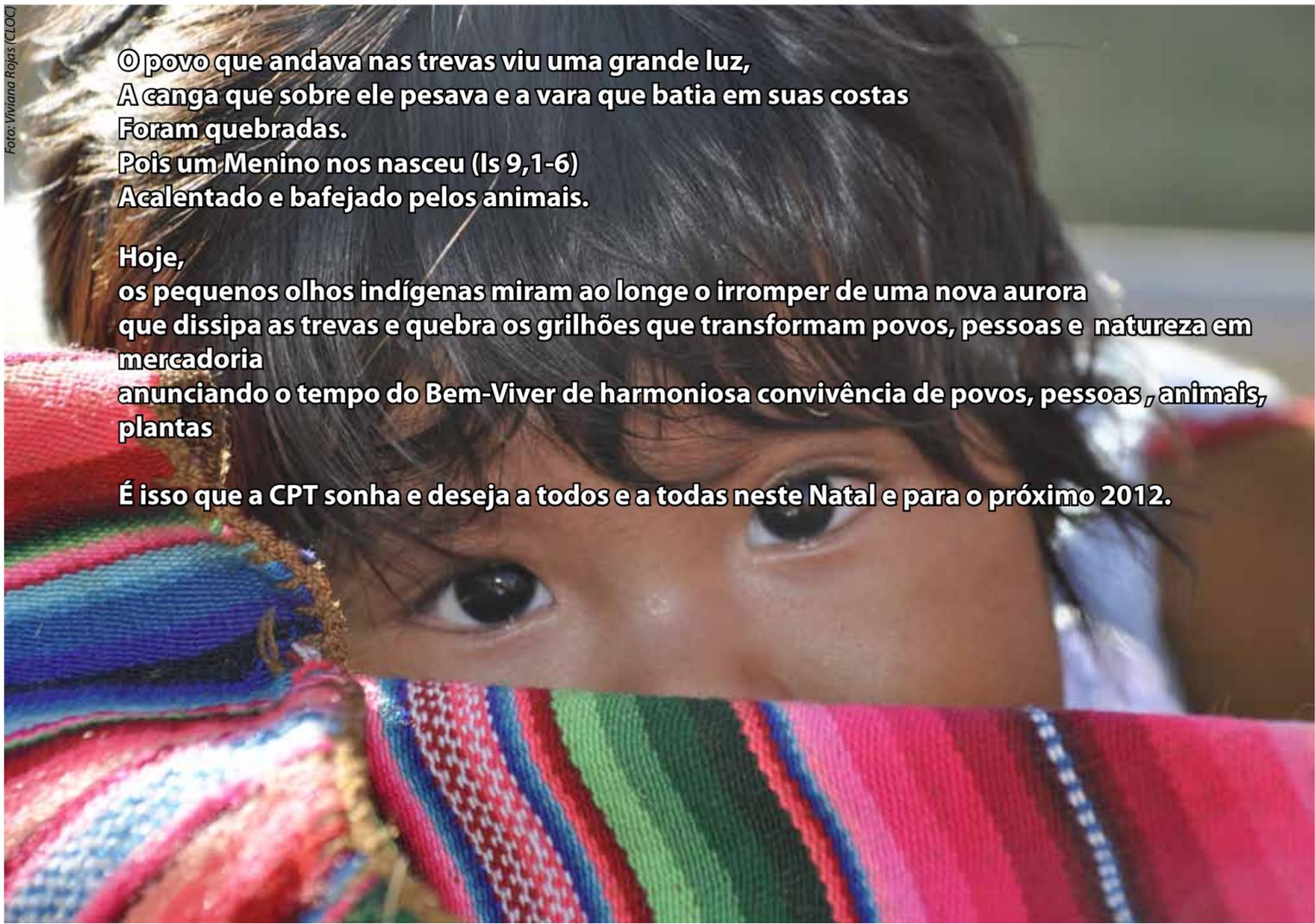


Foto: Viviana Rojas (CLOC)

Ⓞ povo que andava nas trevas viu uma grande luz,
A canga que sobre ele pesava e a vara que batia em suas costas
Foram quebradas.
Pois um Menino nos nasceu (Is 9,1-6)
Acalentado e bafejado pelos animais.

Hoje,
os pequenos olhos indígenas miram ao longe o irromper de uma nova aurora
que dissipa as trevas e quebra os grilhões que transformam povos, pessoas e natureza em
mercadoria
anunciando o tempo do Bem-Viver de harmoniosa convivência de povos, pessoas, animais,
plantas

É isso que a CPT sonha e deseja a todos e a todas neste Natal e para o próximo 2012.

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra Outubro a Dezembro de 2011 Ano 36 – Nº 206



Foto: CPT Nacional

Ecologia dos pobres e Ecofeminismo: novas formas de enxergar o mundo e a sociedade

Págs.: 8 e 9



As estrelas e o Araguaia: 40 anos da ordenação de Pedro Casaldáliga

Pág.: 10

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

Brasil R\$ 10,00

Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Impresso Especial

9912277124 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO VIA AÉREA

EDITORIAL

Vozes com o vigor da Utopia

Fechamos a última edição do Pastoral da Terra de 2011 sob a marca da violência que esteve muito presente todo este ano. Mais uma liderança, desta vez indígena do Mato Grosso do Sul, assassinada e seu corpo sumido. A mesma história se repete ano a ano. Os responsáveis sempre os mesmos, antes denominados latifundiários, agora ruralistas, madeireiros travestidos de empresários. Em qualquer situação se consideram os senhores e encurralam o próprio Estado. O capital é mais forte que qualquer outro poder. Com ele o Estado se alia, e se subordina a seus ditames. Como disse a Carta de Hidrolândia ao final do Encontro Nacional de Formação da CPT, o Estado "submeteu a política à economia e esta é reduzida às oportunidades momentâneas do mercado global".

O poder do capital está bem alicerçado no Legislativo, no Judiciário e no próprio Executivo. O interesse dos grandes produtores rurais se sobrepõe aos interesses coletivos da nação. É isso que se assiste dia após dia nos debates e nas votações do novo Código Florestal, primeiro na Câmara dos Deputados e nestes dias no Senado. Pequenas alterações no projeto tentam escamotear e fazer mais palatável a anistia a desmatadores, buscando poupar a Presidenta de um veto formal, como prometera na campanha eleitoral. O Judiciário continua ágil na repressão aos movimentos, mas subordinado e subserviente aos grandes interesses econômicos, como se viu no julgamento do processo que propunha a cassação da licença de Belo Monte, por não terem sido antes ouvidos os indígenas como determina a Constituição e a Convenção 169 da OIT, assinada pelo Brasil. E o Executivo procura aplainar o caminho para que as exigências ambientais e das comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais não atrapalhem a construção das grandes obras de hidrelétricas, estradas, portos, aeroportos, bem ao gosto das grandes empresas de construção civil e das mineradoras. Como afirma a Carta de Hidrolândia, "órgãos como MDA, INCRA, IBAMA e congêneres, operadores das políticas para o campo, cumprem papel cada vez mais marginal em relação ao eixo central da política agrário-agrícola devotada à expansão do agronegócio de exportação".

Na contramão, vozes se insurgem. Diz a Carta de Hidrolândia: "Se de um lado aumenta a violência do latifúndio, do agronegócio e do Estado, do outro persiste a resistência e há lutas organizadas e articuladas de camponeses, indígenas, quilombolas, extrativistas e outros, que enfrentam o sistema e reivindicam terra e territórios. Aprendem, na luta, que não se confia neste Estado e que a Constituição e regulamentações, no que lhes beneficiam, são no mais das vezes letra morta.". Os participantes de uma grande oficina no Acre se manifestaram contra as tentativas de mercantilização da natureza. Em Salvador, o encontro de Diálogos e Convergências alerta para o fato de que o padrão de desenvolvimento vigente "inviabiliza a justa prioridade ao combate à miséria". A CNBB se levanta com firmeza contra a violência contra os indígenas e contra o uso dos pequenos agricultores como fachada para a defesa dos interesses dos grandes. O Encontro Nacional de Formação da CPT chamou a atenção para discursos ecologistas, que tem tinturas de ambientalismo, mas que não alteram as relações de classe e de poder. Como diz Maurício Waldmann, trata-se do ecocapitalismo, que nada mais é que "a instrumentalização da ecologia pela economia." O mesmo diz Nancy Cardoso a respeito do ecofeminismo: é preciso "fazer uma reorientação, das relações sociais entre as pessoas e das pessoas com o planeta... as mulheres questionam não só o patriarcado, mas o capitalismo também. Não querem anexar as mulheres ao sistema que está aí".

Vozes que se insurgem em toda nossa América, como em Honduras, e se insurgiram no passado, como a 40 anos na ordenação episcopal de um dos fundadores da CPT, Dom Pedro Casaldáliga. Vozes que brotam da pequenez e da periferia, como em Belém da Judéia, mas que têm o vigor da utopia e que podem se espalhar pelo mundo.

Feliz Natal!!!

PUBLICAÇÕES

Israel na História: seu povo, sua fé, seu livro

No mês de setembro de 2011 foi lançado pelo CEBI (Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos) o livro Israel na História: seu povo, sua fé, seu livro, de autoria de Sandro Gallazzi. Conforme o título sugere, o livro aborda os principais períodos da história da caminhada de fé do povo da bíblia, desde o tempo dos pais e mães do povo (época dos patriarcas e matriarcas) até a primeira guerra dos judeus contra Roma (66-70 d.C.).

É uma obra que evita as cansativas e conhecidas notas e citações, mas permite um grande aprofundamento nos estudos, pelo fato de trazer capítulos recheados de citações bíblicas e abordar a vida de Israel a partir dos seus textos sagrados, perguntando sobre o significado, as fontes e os limites da sua história. Temas como historicidade dos fatos, inspiração e verdade bíblica são tratados de forma desafiadora e instigante, pois entender corretamente um texto bíblico exige conhecimento da situação histórica em que ele nasceu. "Todo texto bíblico é resposta a uma situação concreta. Só conhecendo a pergunta podemos ter condições de compreender a resposta. O estudo da história nos ajudará a aproximar o mais possível da pergunta", diz a introdução do livro.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Ladislau Biernaski

Vice-presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Lucimere Leão
Isolete Wichniewski
Padre Hermínio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Paula Pereira
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

Fundação Eugen Luther

MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V.
CCFD

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br

EXPERIÊNCIA

Baixio do Irecê: Projeto de Desenvolvimento desconhece famílias camponesas

MAURO JAKES FARIAS DA CRUZ*

Projeto Baixio de Irecê. Este projeto é uma proposta antiga de irrigação discutida por autoridades da região, do estado da Bahia e da Federação, e incluído no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Orçado em 880 milhões de reais, foi criado com a finalidade de favorecer fortemente a produção do agronegócio. O projeto prevê a construção de 84 quilômetros de canais, sendo que, destes, já foram construídos até o final de 2010, 42 quilômetros, retirando água do Rio São Francisco para irrigar uma área de mais de 50 mil hectares. Eles abrangem áreas dos municípios de Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia, Jussara e Sento Sé, no sertão baiano. A irrigação destina-se, sobretudo, à produção de cana-de-açúcar para o etanol, mas prevê também o cultivo de outras culturas como: banana, frutas tropicais (maracujá, acerola, caju e abacaxi), e uvas para produção de vinhos, visando a exportação.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, responsável pelo projeto, afirma que é o maior projeto de irrigação em construção no País e que serão criados cerca de 180 mil empregos diretos e indiretos. Para investir no projeto formou-se um consórcio entre a CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio Verde, empresa liderada pelo Grupo Odebrecht e a estatal líbia LAFICO (Libyan Arab Foreign Investments), na perspectiva de uma Parceria Público-Privada - PPP. Um grande projeto que visa desenvolver a região, mas elaborado sem qualquer participação das famílias camponesas e das comunidades próximas. No entorno do Projeto Baixio de Irecê, existem aproximadamente 23 comunidades, destas 18 já estão sendo atingidas diretamente e cinco indiretamente. Algumas têm características quilombolas e, em boa parte, são comunidades ribeirinhas do rio Verde e São Francisco. A maioria delas é pequena, porém existem algumas consideradas grandes. Estão localizadas nos municípios de Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia. Muitas já existem há mais de cem anos, as de menos tempo de existência são as comunidades que foram povoadas por famílias



Foto: CPT Centro-Oeste



Foto: CPT Centro-Oeste

expulsas pela Barragem de Sobradinho, na década de 1970. Estima-se um total de 800 famílias.

Essa é uma das realidades com a qual se confronta a CPT Centro-Oeste da Bahia. Esta CPT foi formada em 2010, depois de um longo processo de avaliação do regional e que acabou reunindo os núcleos das dioceses de Irecê, Bom Jesus da Lapa e Barra, no intuito de dar uma resposta mais adequada e segura aos novos desafios que a realidade apresenta. A CPT, nas dioceses da Lapa e Barra, já tinha uma longa história.

A CPT de Irecê é mais recente. Foi criada em 2003 e começou sua ação mais efetiva a partir de abril de 2004, com os agentes assumindo a missão da Pastoral num trabalho voluntário junto às comunidades da Diocese. Diante do grande projeto do Baixio de Irecê, a CPT precisava conhecer melhor quem seriam os impactados pelo mesmo. Por isso resolveu fazer um diagnóstico destas comunidades. Foram realizados dois mutirões de visitas feitas por agentes liberados e voluntários da CPT. Diante do diagnóstico foi elaborado e aprovado um

pequeno projeto para se ter condições de uma maior presença nas comunidades, e de realizar reuniões e encontros para discutir e refletir com os camponeses e camponesas os impactos deste grande projeto.

Mas só isso não era suficiente. Era preciso ter em mãos dados bem mais concretos da realidade para contrapor os ao discurso da CODEVASF. Foi feita, então, uma pesquisa que buscou identificar as famílias e suas condições sociais, sua produção agrícola e de animais. A pesquisa foi realizada entre fevereiro e julho de 2011. Foram entrevistadas 406 famílias de 15 comunidades, dos municípios de Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia. A pesquisa demonstra que das famílias entrevistadas 27% não possuem terra e das 73% que possuem, são pequenas áreas de terra para plantação de subsistência. 43% das famílias possuem de 1 a 5 tarefas de terra (uma tarefa corresponde a 4.356 m², ou seja, um hectare é pouco mais de duas tarefas). 17% têm mais de 20 tarefas. O restante fica entre 6 e 20 tarefas, menos de um alqueire baiano. Este retrato mostra a necessidade de legalização destas comunidades, garantindo-lhes a posse da terra para que possam produzir o necessário.

Os camponeses das comunidades do Baixio de Irecê, ao mesmo tempo em que sonham com a mudança da realidade em que vivem, sentem-se extremamente frágeis por não terem ainda construído uma articulação entre si. Muitas famílias acreditam no discurso da CODEVASF. Mas há muitas outras que já demonstram indignação com a construção do canal, pois a companhia nunca sentou-se com elas para explicar como seriam incluídas, principalmente por já existir um processo de leilão das áreas de terras para as grandes empresas começarem. O discurso da CODEVASF promete "fixar o homem no campo e promover geração de emprego e renda, e o desenvolvimento da região". A gente se pergunta, como vai ser operacionalizado este desenvolvimento que inclui as famílias, já que a lógica da produção destes grandes projetos não leva em consideração a produção diversificada e o modo de vida das famílias?

* Agente da CPT Centro-Oeste da Bahia.

REFLEXÕES BÍBLICAS

Não haja oprimido em tua terra

SANDRO GALAZZI*

Nesta página de Reflexões Bíblicas fomos acompanhando os passos do povo de Deus no seu esforço para construir uma sociedade igualitária. Uma experiência que durou uns 150 anos, mas que terminou corroida por uma série de fatores e que chegou ao ponto de usar o nome de Javé, o Libertador, para legitimar abusos e dominação. A partir desta edição vamos ver que, no momento em que aparece o rei, destroi-se a sociedade igualitária. Num prazo curtíssimo de tempo, perto de setenta anos, entre Saul, Davi e Salomão, da sociedade igualitária não sobra nada. Não vamos descrever a história da implantação da monarquia israelita. Concentrar-nos-emos em alguns pontos significativos.

A. A mudança progressiva das funções e estruturas

a. Saul

Saul, o primeiro rei, é somente um “comandante militar”. Não tem cidade, não tem armazém; só um quartel para a defesa dos armazéns dos camponeses mais ricos, aqueles que têm touros. Eles provocam a mudança estrutural e pagam o exército de Saul.

b. Davi

Davi é de outro grupo social. Pertence ao Sul, à Judéia, que até aquele momento não teve maior significação política. Ele representa o campesinato mais pobre, aquele das ovelhas, e consegue o apoio de todos os que estão descontentes com a dominação do Norte, da Samaria de Saul. A luta inter-

na entre os dois grupos levará à volta da supremacia filisteia e à morte, em batalha, de Saul. Davi é proclamado inicialmente rei de Judá, e, progressivamente, reconhecido pelas outras tribos. Ele vai agregar o palácio ao quartel, vai ter sua própria cidade, Jerusalém, e vai lutar contra todos os povos vizinhos, submetendo-os e dominando-os. A disputa entre irmãos pela sucessão do trono vai ser sangrenta e terminará com a vitória de Salomão. Davi será considerado o rei segundo o coração de Deus, porque não mexeu na produção dos camponeses, antes lutou para defen-

dê-la e deixá-la segura.

c. Salomão

Quem vai construir o armazém e o templo será Salomão, o filho de Davi. Aproveitando a força do sul, Judá se liga com o mercado árabe e se torna um grande comerciante, substituindo a hegemonia do Egito, então muito debilitado em toda a região. Com Salomão, o Estado impõe pesados tributos ao campo (exceto à tribo de Judá, a tribo que o elegera) e começa a controlar o comércio do comércio, enriquecendo extremamente o Estado às custas da exploração dos camponeses. O sistema montado pelos reis é essencialmente um sistema militarista, comercial e tributário. Novamente os camponeses vão produzir para que a cidade, neste caso Jerusalém, a capital, concentre a produção, através do tributo.

B. O sistema estatal monárquico

O primeiro livro dos Reis, capítulos 4 e 5, descreve como é esta sociedade.

a. A mudança política

Com Salomão, Canaã deixa de ser periferia e se transforma no centro mundial da área de que estamos falando. É o único momento em que isto acontece, pois como dissemos, o Egito está bastante debilitado e ainda não haviam nascido outros impérios, que logo irão surgir. Salomão dominava desde Típsai até Gaza. Típsai está no extremo norte e Gaza no sul. Salomão conseguiu conquistar Gaza. (Ainda hoje a luta pela terra de Gaza entre palestinos e Israel é muito grande). Dominava sobre todos os reis, em especial os de seu lado do rio Eufrates. Para manter esse sistema, Salomão fortaleceu o exército

central. Vocês ouviram falar de que se levava palha aos estábulos onde Salomão tinha doze mil cavalos. Uma cavalaria de doze mil animais é uma força militar incrível. O exército passa a ser muito forte com uma estrutura hierárquica bem definida. Para garantir este sistema, Salomão faz mudanças internas importantes: substitui o antigo sistema tribal por um sistema distrital, com doze distritos, sem respeitar os limites das antigas tribos de Israel. Salomão coloca um intendente ou supervisor em cada um dos doze distritos.

b. A mudança econômica

O objetivo da formação dos doze distritos é claro: prover todo o necessário para o rei e sua casa. Cada mês, um distrito. O que é o necessário? O necessário são trinta cargas diárias de flor de farinha, mais setenta cargas de farinha comum. Ao todo noventa cargas. Multipliquemos cada uma por 450 litros, que é a medida de cada carga e se verá quanta farinha entrava diariamente na casa de Salomão. Não era para fazer comida. Não há palácio que dê conta de comer todos os dias essa quantidade de farinha. É a concentração da produção em vistas ao comércio estatal. Salomão estabelece uma violenta tributação sobre Israel: volta a grande opressão. É um tempo de luxo desmedido, de construções incríveis. Isto exige a instituição da corveia, um serviço rotativo e obrigatório: os camponeses devem abandonar periodicamente o campo para trabalhar para o rei. Mas a grande riqueza de Salomão, provém do comércio. A união entre o Norte e o Sul transforma a terra de Canaã numa passagem comercial importantíssima. Salomão tem uma frota de navios no porto de Elat, no mar árabe, suplantando comercialmente o Egito e transformando Jerusalém no maior centro comercial da região. Os capítulos 9 e 10 do primeiro livro dos Reis nos descrevem esta gigantesca riqueza.

c. A mudança teológica

É necessário legitimar toda esta mudança, esta violência contra o povo, pois era como se o povo tivesse voltado para o Egito. A filha do Faraó é a primeira esposa de Salomão!!! Isso veremos na próxima edição.

* CPT Amapá.



Encontro de defensoras e defensores de direitos humanos da América Latina

Entre os dias 5 e 6 de dezembro foi realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA), em Buenos Aires, Argentina, o Encontro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos da América Latina. Edmundo Rodrigues, da CPT Nacional, participou da mesa “Diagnóstico da situação dos defensores e defensoras da América Latina”. Entre os objetivos do Encontro, estavam: obter um diagnóstico das ameaças atuais aos defensores e defensoras dos direitos humanos na região e analisar os mecanismos locais, regionais e internacionais de proteção; discutir desafios e obstáculos à atividade de defesa dos direitos humanos e compartilhar estratégias de promoção e proteção; identificar novos atores e formas de luta pelos direitos humanos na América Latina e analisar as particularidades da proteção e promoção de direitos no contexto das democracias atuais.

Peru aprova moratória de 10 anos aos produtos transgênicos

O Congresso peruano aprovou por 98 votos a favor e 2 abstenções, decreto que determina a proibição, por 10 anos, da entrada e produção de organismos transgênicos no país. O decreto seguiu para assinatura pelo Presidente Ollanta Humala, cuja oposição aos transgênicos é conhecida. De acordo com o ministro da Agricultura, o Peru é um dos maiores exportadores de orgânicos do mundo, incluindo café e cacau, gerando mais de 3 bilhões por ano e com mais de 40 mil produtores certificados.



Via Campesina perde Egidio Brunetto

Egidio Brunetto, dirigente do MST que atuava no Mato Grosso do Sul, faleceu no último dia 28 de novembro, em um acidente de carro na rodovia MS 164 (que liga o município de Maracaju a Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai), quando se dirigia ao assentamento Itamaraty. Egidio foi um ser humano muito especial. Filho de camponeses sem terra, trabalhou desde a infância na roça e, sempre muito esperto e indignado, envolveu-se com a Comissão Pastoral da Terra na região de Xanxerê, em Santa Catarina, e se transformou em militante do MST desde a década de 80. Desde então, contribuiu com a organização do Movimento em todo o país e com as lutas dos trabalhadores rurais pela terra, pela Reforma Agrária e por transformações sociais. Militante exemplar, preocupava-se sempre com os cuidados de cada militante. Foi uma pessoa generosa e solidária com todos. Egidio empunhou a bandeira do internacionalismo e da solidariedade às lutas dos povos e da classe trabalhadora. Era responsável pela relação do Movimento com organizações camponesas na América Latina e no mundo, sendo um dos fundadores da Via Campesina Internacional.



Foto: Cáritas Brasileira

Cáritas Brasileira realiza Congresso e Assembleia Nacional, e elege novo presidente

O IV Congresso e a XVIII Assembleia da Cáritas Brasileira foram realizados de 9 a 12 de novembro, no Igaí Centro de Eventos, em Passo Fundo - RS. Os 350 participantes do Congresso, vindos de todo o país, dançaram, cantaram e celebraram este momento importante para a rede Cáritas. A abertura dos eventos contou com a presença de diversos convidados. A coordenação nacional da CPT enviou uma mensagem aos participantes do Congresso, onde destacou a importância desse momento: “Com vocês queremos nos preparar para novas sementeiras, escolher as melhores sementes e os melhores solos”. Dom Flávio Giovenale, da Diocese de Abaetetuba, no estado do Pará, foi eleito com 63% dos votos para ocupar o cargo de presidente da Cáritas Brasileira nos próximos quatro anos.

CPT Juazeiro celebra 35 anos

Nos dias 18, 19 e 20 de novembro, a CPT de Juazeiro, Bahia, celebrou 35 anos da criação da Pastoral na Diocese. Além de profundas e necessárias análises socioeconômicas e políticas, o brilho mais intenso da festa ficou para a jornada conclusiva, em Areia Grande de Casa Nova. Como devia ser tratado-se da CPT.

Quinhentas pessoas, das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e agentes pastorais de ontem e de hoje, marcaram encontro, no meio da caatinga intensamente verde. Mais uma vez, a “guarita dos grileiros” que já virou, há tempo, centro comunitário de reunião, formação e reza, ainda que reformada, foi pequena para acolher tanta gente. Tudo virou celebração e comunhão: a roda grande da missa e das palavras, os abraços,

o serviço organizado da comida e da bebida para todos, a dedicação silenciosa de quem cozinhava, os tocadores e as músicas dos jovens que saudavam “as andorinhas voltando”, os mais velhos abraçando quem não viam há mais de trinta anos. Não era só a festa da CPT mas a festa do reencontro, da memória e do compromisso, para reforçar relacionamentos humanos vivenciados. Generosos e solidários, com gratuidade.



Foto: CPT Bahia

ARTIGO

O cerco se fecha

ANTÔNIO CANUTO*

As questões ambientais, os povos indígenas e as comunidades quilombolas considerados os grandes empecilhos para o desenvolvimento brasileiro, como afirmou Lula, em 2006, depois de se reeleger, estão sendo aos poucos afastados do caminho. Nos últimos dias foram sendo tomadas medidas nas três esferas do poder – legislativo, judiciário e executivo – que tentam concretizar o destravamento com o qual Lula sonhava.

No Legislativo, as Comissões de Agricultura e de Ciências e Tecnologia do Senado, acabaram aprovando, no dia 8 de novembro, o relatório do senador Luiz Henrique, sobre o Código Florestal. Esperava-se que o Senado o alterasse, mas o aprovado “guarda a essência do projeto da Câmara”, segundo o próprio relator. “O texto segue privilegiando os ruralistas, tal como saiu da Câmara. Não há a punição de quem agrediu o meio ambiente, legitimando desmatamentos feitos de forma consciente. É uma manobra para que não haja o pagamento de multas já definidas”, avalia o engenheiro florestal, Luiz Zarref, da Via Campesina. Na Comissão do Meio Ambiente foram feitas algumas mudanças que não alteram muito o projeto, mas que são alardeadas como grandes avanços, agradando governo e ruralistas. Escamoteia a anistia a desmatadores, poupando, desta forma a presidenta Dilma de se indispor com o Congresso, caso vetasse artigos em que a anistia fosse explícita, como prometera na campanha eleitoral. No dia 6 de dezembro, o projeto foi aprovado pelo Senado.

No Judiciário. No dia 9 de novembro, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1) em Brasília, concluiu a votação que indeferiu a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal em 2006, que questionava o licenciamento ambiental de Belo Monte, por não terem sido escutados os indígenas que serão afetados pela obra, como determina

a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2003.

A Relatora do processo, desembargadora Selene Almeida, havia votado pela anulação do licenciamento, pois “os impactos para os povos indígenas da região serão drásticos, ao ponto de ameaçar sua sobrevivência física e cultural”. Já os outros dois desembargadores, se manifestaram contrários ao voto da relatora e a favor da licença concedida, argumentando que a lei não de-



Foto: Maira Heinen - CIMI

termina que a consulta aos indígenas seja feita necessariamente antes da autorização do Congresso Nacional.

Já em nível do Executivo, o governo editou, em 28 de outubro, a Portaria Interministerial de número 419, que visa regulamentar, de acordo com os interesses do governo, a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Ministério da Saúde quanto à elaboração de pareceres em processos de licenciamento ambiental de competência federal, a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (Ibama).

A portaria visa facilitar a concessão das licenças ambientais aos grandes projetos econômicos. Limita em 90 dias os prazos para a manifestação dos órgãos responsáveis pelos estudos, análises, avaliação e posicionamento quanto à viabilidade ou não dos empreendimentos que afetam os povos indígenas, os quilombolas e as áreas de preservação ambiental. O esclarecimento de dúvidas somente poderá ser solicitado uma única vez. E mais, a manifestação

governo almeja ver autorizados ‘a toque de caixa’, de maneira imediata e sem estudos mais aprofundados todos os empreendimentos econômicos planejados... Como se isso não fosse suficiente, no inciso 10, do art. 2º, é estabelecido que o governo considera terra indígena somente aquelas que tiveram seus limites estabelecidos por Portaria do Presidente da FUNAI. Com isso, de uma canetada, são ignoradas pelo menos 346 Terras Indígenas que são reivindicadas pelos povos indígenas, mas que ainda não tiveram, por parte do Estado brasileiro, os procedimentos administrativos necessários para o seu reconhecimento”.

Para complicar ainda mais a situação, outra portaria do Ministério da Justiça, de 31 de outubro, estabelece que a Funai deve convocar, para acompanhar os procedimentos de reconhecimento de terras indígenas, estados e municípios. Com isso se possibilitam ingerências políticas e administrativas, que servem para retardar e muitas vezes inviabilizar as demarcações.

Em 12 de agosto, a presidenta encaminhara ao Congresso a Medida Provisória 542, propondo a alteração de limites das Unidades de Conservação na Amazônia, - Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Parque Nacional da Amazônia e Parque

Nacional Mapinguari - que visa facilitar a construção de Hidrelétricas, a exploração minerária e assentamento de famílias. Como conclui a nota das entidades indígenas e indigenistas “a presidenta da República afrouxa a legislação de proteção ao meio ambiente, aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Assim, ela vem desempenhando, com sucesso, a função de gerente de negócios, beneficiando especuladores e predadores dos bens e riquezas públicas de nosso país”.

Nota divulgada por mais de 50 entidades indígenas e indigenistas - “**Perversidade e Autoritarismo: Governo Dilma Edita Portarias de Restrição e Desconstrução de Direitos Territoriais Indígenas e Quilombolas** - diz: “Observa-se que o

Nacional Mapinguari - que visa facilitar a construção de Hidrelétricas, a exploração minerária e assentamento de famílias.

Como conclui a nota das entidades indígenas e indigenistas “a presidenta da República afrouxa a legislação de proteção ao meio ambiente, aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Assim, ela vem desempenhando, com sucesso, a função de gerente de negócios, beneficiando especuladores e predadores dos bens e riquezas públicas de nosso país”.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



Honduras: contra a fome, movimentos sociais propõem Lei de Transformação Agrária Integral

SÍLVIA ALVAREZ*

A aparente calma da situação política de Honduras é abalada toda vez que os movimentos camponeses anunciam: mais um(a) trabalhador(a) rural foi assassinado(a). É na região do Aguán, norte de Honduras, onde está enterrada a maioria desses mártires que lutaram por recuperar suas terras, pela soberania alimentar de seu país e por uma melhor qualidade de vida no campo. Também é nessa região onde se encontra a maior quantidade de terras férteis do país – a maioria delas concentradas nas mãos de poucos latifundiários. Todas essas demandas pelas quais lutaram e lutam milhares de camponeses hondurenhos foram reunidas na proposta de Lei de Transformação Agrária Integral, que foi entregue ao Congresso Nacional dessa nação centro-americana, no último dia 11 de outubro, após uma animada manifestação na capital Tegucigalpa. Os movimentos reunidos na Via Campesina Honduras ainda aguardam uma resposta do governo em relação à lei.

No centro do conflito no campo está a palma africana (o dendê). Hoje, o país produz mais de 300 mil toneladas anuais de óleo de palma, sendo 70% destinadas à exportação. São 120 mil hectares cultivados, localizados em sua maioria nos departamentos de Atlántida e Colón, especialmente no Vale do Aguán. A maior parte dessa produção está concentrada nas mãos do latifundiário Miguel Facussé, dono da Corporación Dinant, a quem os camponeses chamam de “palmeira da morte”. O empresário é considerado pelos movimentos sociais um dos

“donos do país” e um dos envolvidos no golpe de Estado. É justamente no Vale do Aguán onde atualmente ocorre um cenário de guerra, militarização, grilagem de terras e assassinatos. Desde o golpe de Estado de 2009, que depôs o então presidente Manuel Zelaya, intensificou-se a repressão e cerca de 50 trabalhadores rurais perderam a vida na região.

Para a Via Campesina, a reforma agrária é a única maneira de conter a pobreza e a fome no país. A proposta da Lei de Transformação Agrária Integral é justamente uma resposta das organizações camponesas ao agronegócio, protegido pela Lei de Modernização Agrícola, em vigor desde 1992. Segundo as organizações do campo, essa lei freou a reforma agrária que estava em curso na época e fomentou a abertura do livre mercado, afetando os pequenos produtores e aumentando a pobreza em nível nacional. Além disso, gerou condições para retomar o processo de concentração de terra, tendo como foco a expansão da

monocultura da palmeira - que era defendida por ser um cultivo resistente às inundações comuns na região.

De fato, uma visita ao país revela o verdadeiro grau de desenvolvimento desencadeado pelo modelo neoliberal, intensificado depois do golpe de Estado. Complexos turísticos no litoral contrastam com a miséria e a fome no interior. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), os 10% mais ricos da população concentram 42% da renda nacional, enquanto que os 10% mais pobres, somente 0,9%. No campo é onde a população está mais vulnerável: de acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em Honduras existem mais de quatro milhões de camponeses, indígenas e afrodescendentes. Desse, mais de dois milhões vivem em extrema pobreza. A situação está se agravando com a crescente alta do preço do combustível e o consequente aumento da cesta básica.

Foto: Via Campesina Honduras



Alguns pontos da Lei

A proposta da Lei de Transformação Agrária Integral prevê a criação de um órgão responsável por conduzir de maneira eficaz a transformação agrária. Trata-se de da Secretaria de Estado da Reforma Agrária e Soberania Alimentar (SERASA). Também prevê o ajuste das instituições públicas já existentes para que atuem com esse mesmo fim. A Lei também propõe o estímulo à produção orgânica, provendo assistência financeira e técnica para os camponeses, possibilitando um melhor preço e estabelecendo sistemas de comercialização adequados. Escolas de formação camponesa e a disponibilidade de bolsas de estudo para a formação integral do trabalhador rural, também estão presentes na proposta da Lei.

Considera-se, na redação da proposta da legislação, que todas as terras que não estão cumprindo sua função social são patrimônio do Estado de Honduras e, logo, devem ser expropriadas para fins de reforma agrária. A lei especifica os procedimentos adequados e possíveis indenizações para diferentes situações de expropriação de terras. O conflito está armado: por um lado, os movimentos camponeses querem recuperar as terras que antes eram destinadas à reforma agrária, que teve seu auge nos anos 70, com a colonização da região do Aguán. Por outro, empresários querem mais terras, apoiados pela Lei de Modernização e Desenvolvimento Agrícola, de 1992.

Na atual conjuntura, é muito difícil um governo herdeiro de um golpe de Estado e dominado pela oligarquia latifundiária ter vontade política para fazer as necessárias transformações no campo. Os movimentos sociais sabem muito bem disso e, portanto, se mantêm nas ruas pressionando por políticas públicas que protejam os trabalhadores rurais e a soberania alimentar do país.

*Correspondente em Honduras do jornal Brasil de Fato.

ARTIGO

Diálogos e convergências: um avanço

RUBEN SIQUEIRA*

O encontro ocorrido em Salvador, de 26 a 29 de setembro de 2011, tinha este título e este objetivo: *Diálogos e Convergências - Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo*. Doze organizações o convocaram e nove das principais redes e articulações do país o promoveram: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Grupo de Trabalho de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV), e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Delas vieram os cerca de 300 participantes, de todas as regiões do país.

Além da abrangência, a iniciativa inovou também na metodologia, que partiu de *territórios* e de *experiências concretas* e buscou associar sempre a *denúncia crítica*, a *resistência* e a *construção de alternativas*.

Um processo preparatório de dois anos incluiu três etapas regionais chamadas de "Oficinas Territoriais de Diálogos e Convergências" realizadas no Polo da Borborema, na Paraíba, no Planalto Serrano da Serra Catarinense, no município de Lages, e no Norte de Minas Gerais, na região de Montezuma. A escolha destes territórios se deu porque vivem quatro processos integrados de inovação e transformação: *resistência popular propositiva*, *agroecologia e relações mais harmônicas entre homens e mulheres e com o meio ambiente*. Outras experiências foram trazidas a Salvador para dialogarem com estas e enriquecerem o processo de aprendizagem e articulação.

Cinco "Diálogos Temáticos" trataram de reforma agrária, direitos territoriais e justiça ambiental; mudanças climáticas - impactos, mecanismos de mercado e a agroecologia como alternativa; agroenergia - impactos da expansão dos monocultivos para agrocombustíveis e padrões alternativos de produção e uso de energia no mundo rural; defesa da saúde ambiental e alimentação saudável e o combate aos agrotóxicos



Foto: Divulgação

e transgênicos; direitos dos/as agricultores/as, povos e comunidades tradicionais.

Uma oficina tratou do tema "conhecimento, informação e poder" tendo como eixo a construção de inter-mapas (<http://www.fb.es.org.br/intermapas/>) e de estratégias de comunicação. Houve também "Mostra de Saberes e Sabores".

Eros e Tánatos

Ainda que muitas das entidades envolvidas e o próprio encontro contassem com financiamento público, não se fez disso um limite ou um viés distorcido para os diálogos e convergências. Nem pareceu que se repetisse a prática tão comum na política de "fazer dificuldade para vender facilidade"... Obviamente, não construiria nem se queria unanimidade, mas conseguiu-se convergir para uma básica unidade crítica na compreensão do processo atual do país, suas raízes, equívocos e perspectivas preocupantes, e na proposição de *alternativas e alternativas* populares.

A **carta final** (<http://dialogoseconvergencias.org/noticias/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-conver>

gências) não deixa dúvidas: *"Ao alimentar esse padrão de desenvolvimento, o governo Dilma inviabiliza a justa prioridade que atribuiu ao combate à miséria em nosso país. Tendo como eixo estruturante o crescimento econômico pela via da exportação de commodities, esse padrão gera efeitos perversos que se alastram em cadeia sobre a nossa sociedade. No mundo rural, a expressão mais visível da implantação dessa lógica econômica é a expropriação das populações de seus meios e modos de vida, acentuando os níveis de degradação ambiental, da pobreza e da dependência desse importante segmento da sociedade a políticas sociais compensatórias"*.

Na sessão de encerramento estava o secretário-geral da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, Paulo Maldos. Ex-assessor do CIMI, ele tinha estado pela manhã numa audiência na sede regional do INCRA sobre a violência em Monte Santo - BA (cinco lavradores assassinados em três anos, em consequência de conflitos de terra). Psicólogo, disse ter lá vivido Tánatos, o deus grego da morte, e aqui encontrava Eros,

o do amor... Sua fala visou minimizar a contumácia da Carta, ao dar uma descaracterizada no Encontro ou nos seus participantes, como se representassem apenas setores médios da sociedade. Reconheceu a importância da iniciativa, mas criticou o não reconhecimento do "governo em disputa", notou uma ausência dos indígenas e quilombolas no documento, e sugeriu que os diálogos e a alianças deveriam incluir os trabalhadores do campo e da cidade...

Em tempos de cooptações e tentativas de disciplinamento e mesmo esvaziamento do movimento social, o encontro significou novidade. Não só pela metodologia construtiva e participativa e pela pertinência temática. Também pela afirmação de autonomia e compromisso maior com a causa impostergável do poder e da soberania popular. Estes ainda são ideal e prática, via única da construção de um outro modelo de sociedade, de estado e de mundo, verdadeiramente democráticos, livres e justos. Uma inflexão na conjuntura sócio-política a apontar novos rumos?

*CPT Bahia

CONFLITOS NO CAMPO

A violência no campo não cessa

Os dias passam, a violência permanece. Mesmo depois da repercussão dos assassinatos do final de maio e das promessas de ação do governo, a violência e a impunidade no campo se mantêm intactas. As vítimas: índios, quilombolas, defensores do meio ambiente, posseiros.

ANTÔNIO CANUTO*

Mato Grosso do Sul - Um massacre previsto

A manhã de 18 de novembro foi sacudida por uma sequência de notícias que encheu de indignação parte da sociedade brasileira. A comunidade Kaiowá Guarani do acampamento Tekoha Guaviry, município de Amambai, Mato Grosso do Sul, na estrada para Ponta Porã, perto da fronteira com o Paraguai, sofreu um ataque de 42 pistoleiros fortemente armados. O cacique Nísio Gomes, 59 anos, foi morto a tiros. Também teriam sido assassinadas uma mulher e uma criança, o que não se confirmou. O certo é que o corpo de Nísio e dois adolescentes sequestrados, Chiquinha Morales, 12 anos, e João Carlos Morales, 12 anos, foram colocados numa caminhonete e levados não se sabe para onde.

Em 1975, a comunidade indígena fora expulsa da área onde ocorreu o ataque. Em setembro de 2009, o cacique Nísio disse: "Já me bateram na beira da rodovia quando eu vinha à noite. Tenho medo, mas não paro porque, se eu morrer, misturo com a terra de novo". Na semana anterior ao ataque, no I Encontro dos Acampamentos Indígenas, os mais de cem participantes diziam na carta final: "Realizamos este evento com nossos corações cheios de angústia, porque, ao mesmo tempo em que

aqui estamos discutindo nossa situação, recebemos a notícia de que nossos irmãos Kaiowa, do acampamento de Guaiviry, retornaram novamente, há alguns dias, ao seu tekohá e encontram-se, neste momento, cercados por jagunços a serviço dos fazendeiros. Advertimos que qualquer agressão que acontecer será de responsabilidade das autoridades brasileiras." Quatro dias depois, acontecia o assassinato. Até hoje não foi localizado o corpo de Nísio, e não há notícias dos adolescentes sequestrados.

Maranhão - Quilombolas na mira dos pistoleiros

No Maranhão, os quilombolas é que se tornam a vítima principal da violência. No dia 6 de novembro, Marlone, uma das lideranças do assentamento Irinema Ilhina, do Porto do Itaqui, foi assassinado quando chegava em casa. Esta morte se registra no contexto em que a comunidade trava uma ferrenha luta com a empresa Ribeirão AS, que adquiriu as terras onde as famílias moravam e conseguiu na justiça um mandato de reintegração de posse. A comunidade impetrou mandado de segurança e ganhou. Mas a empresa conseguiu revogar o mandado. Esta última decisão judicial, porém, foi derrubada por um agravo de instrumento, concedido dia 3 de novembro, garantindo as terras da comunidade. Anteriormente, no dia 2 de outubro, Valdenilson Borges, quilombola do

Foto: Egon Heck - CIMI



Foto: CIMI

Quilombo de Rosário, município de Serrano do Maranhão, foi executado com duas facadas no peito. A região de Serrano é uma das áreas do Estado do Maranhão onde há maior incidência de conflitos agrários envolvendo quilombolas e grileiros de terra. É, também, uma das regiões mais pobres do Maranhão, situada no litoral norte do Estado.

Pará - Madeiros voltam a atacar

No dia 22 de outubro, o coordenador da comunidade católica de Miratituba, município de Itaituba, João Chupel Primo, 55 anos, foi assassinado com um tiro na cabeça. Ele denunciava a grilagem de terras e a extração ilegal de madeira, feitas por um consórcio criminoso. Já havia registrado diversos Boletins de Ocorrência, na Polícia local, das ameaças de morte que vinha sofrendo. Fez também denúncias ao ICMBIO e à Polícia Federal, que iniciaram uma operação na região. Mas a operação não teve muito êxito, pois todas as noites continuaram saindo de 15 a 20 caminhões de madeira da área. A falta de segurança motivou a suspensão da opera-

ção. Um soldado do Exército trocava tiros na mata e ficou perdido por cinco dias. Depois disso o Exército retirou o apoio e a Polícia Militar não quis entrar na operação, segundo diz nota da Prelazia de Óbidos.

Acre - Sequestro, assassinato, queima do cadáver

O posseiro conhecido como João Doido, residente no Ramal Cacirinan, localizado no Km 25 da estrada de Sena Madureira, no Acre, no dia 3 de novembro, foi atacado por pistoleiros que o amarraram e o levaram para um matagal, onde foi assassinado com um tiro. Depois os pistoleiros voltaram e queimaram a casa. Ao saberem que tinham sido vistos, atearam fogo ao cadáver, na tentativa de não serem descobertos. Um deles, Donizete, confessou participação no crime e disse ter sido contratado para evitar que posseiros ocupassem a propriedade do Sr. Dauro. As 150 famílias que moram na região denunciavam que vivem sob as ameaças de um auto-intitulado proprietário das terras.

Rondônia - Acidente com cheiro de assassinato

Em Rondônia, no dia 12 de novembro, uma das lideranças do acampamento Morro Vermelho, Leonel dos Santos Feitosa, 51 anos, morreu vítima de um acidente não bem esclarecido. Ele voltava para o acampamento quando, pelas 19 horas, foi atingido por uma caminhonete Hilux, que o jogou a uma distância de 23 metros. O motorista não o socorreu. Os acampados haviam sido despejados em agosto. No final de outubro, cerca de 50 famílias voltaram a acampar na área. Leonel já havia recebido ameaças de morte. Por isso o acidente tem forte cheiro de assassinato.

Como antes, os latifundiários, agora ruralistas e madeiros travestidos de empresários, se consideram donos da situação e encurralam o próprio Estado, que não faz valer os dispositivos legais. Estes são severamente utilizados em casos de atuação dos movimentos sociais.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

DOCUMENTOS DA IGREJA

CNBB: Dois pronunciamentos que merecem atenção

O Conselho Episcopal Pastoral, Consep, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, em sua última reunião de 29 e 30 de novembro, se pronunciou de forma firme e clara sobre dois temas candentes da atual realidade brasileira. O primeiro, sobre o massacre de indígenas Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul e o segundo sobre a votação do novo Código Florestal.

“Não se pode assistir passivamente barbáries”

ANTÔNIO CANUTO*

Diante do assassinato do cacique Nísio Gomes, no dia 18 de novembro, no acampamento Tekoha Guairiry do povo Kaiowá e Guarani, entre os municípios de Amambai e Ponta Porã, e do sequestro de dois adolescentes e uma criança, ainda não encontrados, os bispos expressaram “sua profunda consternação”. “O sangue desta reconhecida liderança, vítima de uma morte anunciada, clama por justiça e pelo fim da violência que há anos atinge e vitimiza este povo. A ninguém, muito menos ao Estado, é permitido assistir passivamente a barbáries como essa, que chocou o país e provocou reações também de comunidades internacionais.”

Os bispos reafirmaram, na ocasião, o compromisso da Igreja com a defesa

dos direitos dos povos indígenas, “especialmente o direito de ter demarcadas e homologadas suas terras ancestrais, como assegura a Carta Magna do país. Esta é a condição primeira e fundamental para sua sobrevivência, tanto física, como cultural e religiosa”, dizem. E advertem que a não obediência às determinações da Constituição, pode levar a situações que se configuram como genocídio: “É imprescindível tomar com urgência todas as medidas para impedir que essa absurda violência continue a ceifar vidas. Mais grave ainda é permitir que mandantes e executores de crimes contra indígenas sejam, sempre de novo, beneficiados pelo escândalo da impunidade... Para além de declarações oficiais de solidariedade, o momento e as circunstâncias exigem ações concretas, do contrário, pode-se estar contribuindo



Foto: Egon Heck - CIMI

para a morte de um povo por omissão ou negligência. O não cumprimento dos parâmetros constitucionais, neste caso, configura-se como genocídio”.

Conclui a nota: “Sem justiça não há paz. Para o povo Guarani a justiça consiste no respeito incondicional à sua vida, que está indissolivelmente ligada à garantia da terra.”

Código Florestal

Uma clara opção por um modelo de desenvolvimento

Em relação ao novo Código Florestal, aprovado pela Câmara dos Deputados e com pequenas alterações pelas Comissões do Senado, os bispos com muita clareza dizem que “diferentemente do que vem sendo divulgado, este projeto não representa equilíbrio entre conservação e produção, mas uma clara opção por um modelo de desenvolvimento que desrespeita limites da ação humana”. Por isso “manifestam sua preocupação com sua possível aprovação pelo Congresso Nacional”.

A nota destaca alguns pontos do novo Código, que mantém ocupações em áreas ilegalmente desmatadas e permite a recuperação de apenas metade do mínimo necessário para proteger os rios e a biodiversidade. Segundo os bispos estas medidas, “condenam regiões inteiras do país a conviver com rios agoni-

zantes, nascentes sepultadas e espécies em extinção”. Acrescenta: “O projeto fragiliza a proteção das florestas hoje conservadas, permitindo o aumento do desmatamento. Os manguezais estarão abertos à criação de camarão em larga escala, prejudicando

os pescadores artesanais e os pequenos extrativistas. Os morros perderão sua proteção, sujeitados a novas ocupações agropecuárias que já se mostraram equivocadas. A floresta amazônica terá sua proteção diminuída, com suas imensas várzeas abertas a qualquer tipo de ocupação, prejudicando quem hoje as utiliza de forma sustentável. Permanecendo assim, privilegiará interesses de grupos específicos contrários ao bem comum.”

Os bispos sentem que os pequenos agricultores são utilizados para escamotear os interesses dos grandes proprietários e, por isso, não se furtam em afirmar que “sob o pretexto de defender os

interesses dos pequenos agricultores, esta proposta define regras que estenderão a anistia a quase todos os proprietários do país que desmataram ilegalmente. Os incentivos que poderiam beneficiar os agricultores familiares se resumem a promessas vagas”, dizem.

O novo Código Florestal, na palavra dos bispos deve buscar “o equilíbrio entre justiça social, economia e ecologia, como uma forma de garantir e proteger as comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, e de defender os grupos que sabem produzir em interação e respeito com a natureza.” E conclui: “O novo Código Florestal, para ser ético, deve garantir o cuidado com os biomas e a sobrevivência dos diferentes povos, além de preservar o bom uso da água e permitir o futuro saudável à humanidade e ao ecossistema.”

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



Foto: Agência Senado

ARTIGO

Do Acre para o mundo: o alerta contra o capitalismo verde

DARLENE BRAGA*

Entre os dias 3 e 7 de outubro de 2011, realizou-se em Rio Branco, Acre, a oficina: **Serviços Ambientais, REDD e Fundos Verdes do BNDES: Salvação da Amazônia ou Armadilha do Capitalismo Verde?** Os participantes eram trabalhadores e trabalhadoras do campo e da floresta, e representantes das mais diversas organizações. Ao final foi elaborada e difundida, através de diversas redes mundiais, a “Carta do Acre: Em defesa da vida, da integridade dos povos e de seus territórios e contra o REDD e a mercantilização da natureza”, que despertou tanto interesse que acabou sendo traduzida para o espanhol, o alemão e o inglês.

Por que essa Carta chama tanta atenção?

Após o assassinato de Chico Mendes, em 1988, o Acre tornou-se alvo de atenções do ambientalismo internacional. Mas, o outrora vigoroso movimento de luta pela terra/território foi sendo domesticado. O capitalismo foi se adaptando à nova realidade criando instrumentos de mercantilização da própria natureza. Desde 1999, uma coalizão de partidos, liderada pelo PT, governa o estado e notabilizou-se por vender a imagem do Acre como “modelo de desenvolvimento sustentável”, um estado exemplo de um “modelo exitoso”, capaz de harmonizar “desenvolvimento econômico e conservação da floresta”. Graças ao apoio de grandes ONGs internacionais e à mobilização de um monumental aparato midiático, tenta-se manter esta imagem. As críticas de intelectuais e de lideranças populares são cuidadosamente ocultadas.

A oficina tentou desnudar esta imagem. Não se resumiu a debates teóricos. Algumas iniciativas, tidas como referência, foram visitadas pelos participantes que viram de perto “os impactos sociais e ambientais do ‘desenvolvimento sustentável’ em curso no estado”. Foram visitados o Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes, a Fábrica de Preservativos



Figura de Internet

NATEX e o Seringal São Bernardo (Projeto de Manejo Florestal Sustentável das Fazendas Ranchão I e II). O que viram? No Seringal São Bernardo constataram que os interesses das madeireiras falam mais alto que os das populações locais e o da conservação da natureza. Nem as regras dos planos de manejo são respeitadas, provocando fuga da caça, obstrução de mananciais e das estradas de seringa e castanhas. No Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes Cachoeira (em Xapuri), os moradores continuam subjugados ao domínio monopolista. Vendem a madeira para a empresa “Laminados Triunfo” a R\$90,00 m³, quando na cidade chega a R\$1.200,00.

A parte da oficina dedicada ao estudo tratou dos Serviços Ambientais, REDD e Fundos Verdes do BNDES, e da Lei Nº 2.308, de 22 de outubro de 2010, que regulamenta o Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais. No documento final os participantes se pronunciaram sobre o que viram em suas visitas e o que estudaram

Sobre a realidade das comunidades

visitadas dizem: “Endossamos a reivindicação de diversas comunidades pela suspensão dos famigerados projetos de manejo. Solicitamos a apuração de todas as irregularidades e exigimos a punição dos culpados pela destruição criminosa dos bens naturais”.

Sobre o que estudaram: “Compreendemos o papel dos Bancos (Banco Mundial, FMI, BID e BNDES), ONG’s comprometidas com o capitalismo verde, tais como WWF, TNC e CI; bem como o papel de outras instituições como ITTO, FSC e USAID, setores da sociedade civil e Governos Estadual e Federal, que têm se aliado ao capital internacional na intenção de mercantilizar o patrimônio natural da Amazônia.”

A Lei 2.308 é criticada por ter sido criada sem o debate com os impactados, por reproduzir argumentos dos países centrais e por ser apresentada como “forma eficaz para o equilíbrio do clima, proteger a floresta e melhorar a qualidade de vida daqueles que nela habitam.” Os participantes, porém,

dizem que ela “gera ‘ativos ambientais’ para negociar os bens naturais no mercado de ‘serviços ambientais, como o mercado de carbono.” Concluem que o que acontece no Acre é “um desdobramento da atual fase do capitalismo cujos defensores, no intuito de assegurar sua reprodução ampliada, lançam mão do discurso ambiental para mercantilizar a vida, privatizar a natureza e espoliar as populações do campo e da cidade. Pela lei, a beleza natural, a polinização de insetos, a regulação de chuvas, a cultura, os valores espirituais, os saberes tradicionais, a água, plantas e até o próprio imaginário popular, tudo passa a ser mercadoria. A atual proposta de modificação do Código Florestal complementa esta nova estratégia de acumulação do capital, ao autorizar a negociação das florestas no mercado financeiro, com a emissão de ‘papelões verdes’, a chamada Certidão de Cotas de Reserva Ambiental

(CCRA). Desse modo, tudo é colocado no âmbito do mercado para ser gerido por bancos e empresas privadas”.

A Carta do Acre colocou o dedo na ferida. Por isso despertou fortes reações do governo do estado e das organizações comprometidas com o capitalismo verde. Sindicatos e ONGs que saíram em defesa do governo do Acre, parecem confirmar a crítica geral. Poderíamos dizer que ao remarem contra a corrente, os signatários da “Carta do Acre” (entre os quais a CPT-AC), saíram do “ponto de encontro das águas do rio Amazonas” e mostraram onde elas se dividem: de um lado os que defendem a mercantilização da vida e da natureza, e do outro aqueles que se colocam intransigentemente “em defesa da vida, da integridade dos povos e de seus territórios e contra o REDD e a mercantilização da natureza”. A “Carta do Acre” não revelou nada de novo, a sua novidade foi ter logrado levar para além das “fronteiras acreanas” as “vozes dissonantes”.

*Coordenação da CPT no Acre

40 ANOS DE ORDENAÇÃO DE DOM PEDRO

As estrelas, o Araguaia e nós somos testemunhas

ANTÔNIO CANUTO*

No Encontro Nacional de Formação da CPT, em Hidrolândia, num dos momentos de celebração, fez-se memória dos 40 anos da Ordenação Episcopal de Pedro Casaldáliga. Um fato que marcou não só a Prelazia de São Félix do Araguaia, onde Pedro exerceu seu pastoreio, mas toda a Igreja do Brasil. Este momento, pode-se dizer com certeza, é também um dos momentos fundantes da CPT, porque as causas assumidas por aquela minúscula e inexpressiva Igreja, foram as causas que provocaram a germinação da Comissão Pastoral da Terra, anos depois.

Três anos depois de Pedro, padre claretiano, chegar à região, no segundo semestre de 1968, acompanhado do irmão Manoel Luzón, para iniciar um novo campo de missão, a Igreja da Prelazia se consolidava com a ordenação de seu primeiro bispo. Era o dia 23 de outubro de 1971. Pedro era ordenado pelas mãos de Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia, Dom Tomás Balduino, bispo da Diocese de Goiás, a quem Pedro trata de padrinho,

e Dom Juvenal Roriz, bispo de Rubiataba, GO. Três elementos mais que significativos imprimiram àquela cerimônia um caráter totalmente inovador e profético, que alcançaram forte repercussão não só na Igreja do Brasil, mas também em muitas igrejas do mundo e na sociedade.

O primeiro: Pedro foi ordenado em meio ao povo ao qual veio servir. Dos pequenos povoados dispersos que constituíam aquela igreja de quase 150 mil quilômetros quadrados, vieram representantes, posseiros e índios. Nenhum fazendeiro. A ordenação se realizou na maior e mais rica catedral do mundo. A abóbada desta catedral era ornada pela multidão incalculável das estrelas do céu. As paredes eram formadas por um lado pelas águas livres do Araguaia, e pelo outro pelas areias do morro de São Félix. Ao fundo, a igreja pequena e pobre da comunidade. Ao pé do morro, como a lembrar a provisoriedade e a fragilidade da vida, o cemitério onde tantas pessoas, mortidas ou matadas, descansavam, ao lado do secular cemitério karajá.

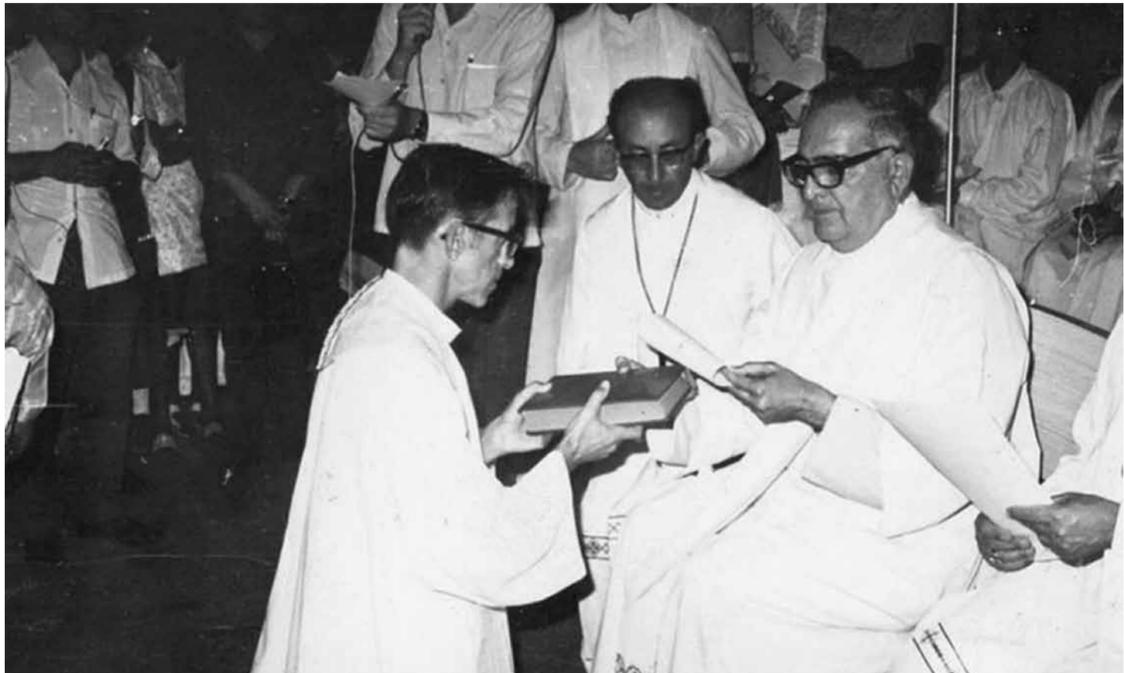
O segundo: Pedro recusou qualquer sinal exterior que o diferenciase na

igreja. Posso estar enganado, mas acho que é o único bispo deste Brasil, talvez do mundo, que fez questão de nunca usar qualquer insígnia episcopal. As insígnias episcopais, dadas ao bispo na sua ordenação hoje, são o anel, o báculo, a mitra e a cruz peitoral. Sinais externos de que o bispo ocupa um lugar superior numa igreja estruturada em forma hierárquica. Sinais de que ele é autoridade, tem poder. Como os grandes senhores, o bispo tem um escudo. Suas vestimentas o diferenciam não só dos simples cristãos, mas também dos demais padres. Pois bem. Naquela noite de 23 de outubro de 1971, a abóbada celeste, as águas do Araguaia e todos nós que lá estávamos fomos testemunhas de que algo novo acontecia. Um bispo recusava as marcas do poder para mergulhar totalmente na vida do povo. Estas palavras profético-poéticas ecoaram no espaço:

Tua mitra será um chapéu de palha sertanejo; o sol e a lua; a chuva e o sereno; o olhar dos pobres com quem caminhas e o olhar glorioso de Cristo, o Senhor.

Tu báculo será a verdade do Evangelho e a confiança de teu povo em ti.

Foto: CPT Nacional



Tu anel será a fidelidade à Nova Aliança do Deus Libertador e a fidelidade ao povo desta terra. Não terás outro **escudo** que a força da esperança e a liberdade dos filhos de Deus, nem usarás outras **luvas** que o serviço do amor.

O terceiro elemento que marcou esta ordenação deixou um rastro de luz e de esperança. Despertou, por um lado, a adesão imediata de cristãos e cristãs em toda a igreja e nos mais diversos setores da sociedade. Por outro, provocou reação irada e violenta dos agentes da Ditadura Militar e dos que se locupletavam com os incentivos públicos, às custas do sacrifício, da dor e da escravidão de muitos. Foi sua carta pastoral que se intitulava: **UMA IGREJA DA AMAZÔNIA EM CONFLITO COM O LATIFÚNDIO E A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL**.

A carta pastoral não olha para dentro da igreja. É um olhar da igreja sobre a realidade nua e crua do povo, ao qual esta igreja veio servir. Nela se relatam as situações vividas pelos posseiros que eram expulsos das terras ocupadas e trabalhadas há dezenas de anos; a realidade dos índios, cujos territórios eram invadidos pela ganância do capital; e a exploração dos peões, trabalhadores trazidos de diversos cantos do país e submetidos às mais degradantes condições, em situação similar à dos escravos. Uma palavra clara e profética que denunciava as injustiças que se cometiam contra o povo, e que ecoou no Brasil e no mundo. Pedro dizia na introdução: “Se a primeira missão do bispo é ser profeta e o profeta é a voz daqueles que não tem voz” (Card. Marty), eu não poderia, honestamente, ficar de boca calada ao receber a plenitude do serviço sacerdotal”.

A ordenação não foi só uma celebração. Ela se concretizou, em todos os cantos da Prelazia, em formas simples e pobres de viver e morar, na partilha da vida com os sertanejos e sertanejas e indígenas, numa tomada de decisões de forma coletiva e irmã, onde leigos e leigas, religiosos e religiosas e padres tinham voz, sempre olhando o povo e sua história. 40 anos depois, esses marcos fundantes não se pode esquecê-los.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

BELO MONTE

Seminário Internacional contra Belo Monte dá início a ações indígenas contra a construção da Usina

CRISTIANE PASSOS*

De 25 a 27 de outubro, 600 pessoas participaram do seminário “Territórios, ambiente e desenvolvimento na Amazônia: a luta contra os grandes projetos hidrelétricos na bacia do Xingu”, em Altamira (PA). A abertura do seminário foi dedicada à questão indígena. Lideranças dos povos Araweté, Assurini, Kayapó, Krahô, Apinajés, Gavião, Munduruku, Guajajara, Arara, Xipaya e Juruna das regiões de Altamira, Santarém, Sul do Pará, do Tocantins, de Goiás e do Maranhão compartilharam experiências e impactos de grandes empreendimentos em diversas regiões do país, como os projetos de hidrelétricas no Teles Pires, no Tapajós, e em Tucuruí. Os indígenas fizeram duras críticas ao governo federal, principalmente pela não-realização da consulta prévia, prevista constitucionalmente, e pelo autoritarismo e a manipulação das informações feitas pelo poder público. E fizeram um apelo à imprensa que cobria o evento: que “contasse direito a opinião dos índios” quando publicassem suas matérias. “É mentira que queremos Belo Monte. Nós não queríamos cestas básicas, nem hidrelétrica. Os jornais tem que falar a verdade, falar o que a gente fala”, exigiu uma liderança Assurini.

A segunda parte do encontro, que contou com uma análise conjuntural do sociólogo Sérgio Cardoso, professor da Universidade Federal do Pará, discutiu a situação dos pescadores artesanais e ornamentais de Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Vitória do Xingu. “A Norte Energia nunca disse o que vai fazer com os pescadores. E não vai dizer por que não tem o que dizer, porque o que vão fazer é destruir o rio”, enfatizou um representante dos pescadores de Altamira. Os pescadores, em especial os da pesca ornamental criticaram duramente o Ibama. “O Ibama cria um monte de regras para a gente pescar, para preservar os peixes. Agora, para destruir o rio, não tem nenhuma dificuldade”, ponderou. Os impactos da usina sobre a pesca ornamental foi objeto de uma Ação Civil Pública, que recebeu liminar favorável a cerca de dois meses.

Ocupação do canteiro de obras

Ao fim do Seminário e após reunião com representantes dos grupos que serão atingidos pela construção da usina, cerca de 300 indígenas, pescadores e ribeirinhos da bacia do Xingu decidiram ocupar o canteiro de obras de Belo Monte, na madrugada do dia 27, exigindo a paralisação das obras da usina hidrelétrica, em Altamira, no Pará. A rodovia Transamazônica, na altura do quilômetro 50, também foi interditada. “Diante da intransigência do governo em dialogar e da insistência em nos desrespeitar, ocupamos a partir de agora o canteiro de obras de Belo Monte e trancamos seu acesso pela rodovia Transamazônica. Exigimos que o governo envie para cá um representante com mandado para assinar um termo de paralisação e desistência definitiva da construção de Belo Monte”, dizia a declaração dos Povos do Xingu contra Belo Monte.

“Somos guerreiros e não vamos pedir nada ao governo, mas exigir o que a Constituição nos garante. Nossos antepassados lutaram para que nós estivéssemos aqui. Já foram feitos vários documentos,

várias reuniões e nada mudou. As máquinas continuam chegando”, disse Juma Xipaia, liderança indígena Xipaia, uma das etnias afetadas por Belo Monte. “É uma vergonha a maneira como nosso próprio governo nos tratou, com contínuas mentiras e negando-se ao diálogo com as comunidades afetadas”, destacou Sheyla Juruna, liderança indígena do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, na ocasião.

Ameaça policial termina ocupação de canteiro

Após 15 horas de trancamento da Transamazônica, manifestantes deixaram o local sob ameaças. A ocupação durou sem maiores percalços até as 16h do dia 27, quando dois oficiais de justiça, dois advogados da Norte Energia e um do Consórcio Construtor de Belo Monte, acompanhados de um contingente da Polícia Militar fortemente armado, chegaram com uma ação de interdito proibitório com valor de reintegração de posse. Embora a decisão da juíza estadual Cristina Collyer Damásio, que ordenou a desocupação do canteiro, fosse direcionada a “pessoas indeterminadas presen-

Foto: Edmundo Rodrigues-CPT



tes no local”, os oficiais de Justiça e advogados da Nesa insistiram para que fosse feita uma apresentação das “lideranças da invasão”. De acordo com o advogado dos movimentos, Marco Apollo Santana Leão, presidente da Sociedade Paranaense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), houve uma clara tentativa de criminalização das lideranças.

“Explicamos que não havia lideranças, que eram vários setores e movimentos e que se a ação não identificava nomes para citação, estes não poderiam ser escolhidos aleatoriamente no local”. Os oficiais de justiça e advogados da Nesa afirmaram que a intenção era citar as lideranças como responsáveis pelo pagamento de R\$ 500/dia por cada manifestante que desobedecesse a ordem judicial, e abrir processos contra as mesmas por esbulho possessório, para cobrança dos supostos prejuízos financeiros causados pelo dia de paralisação das obras. Acompanhados dos policiais, oficiais de justiça e advogados foram até a obra fazer a verificação das instalações (alojamentos de trabalhadores) e afixar o interdito na entrada do canteiro. Durante o processo, os advogados da Nesa pressionavam para que os policiais segurassem os manifestantes para apresentação de documentos.

Grande parte dos manifestantes, principalmente os indígenas, se mostrou muito preocupada com a informação dos oficiais de justiça de que a Tropa de Choque estava de prontidão para intervir, a pouca distância do local da ocupação. Com o cair da noite, aumentava a tensão. Diante da intimidação judicial, houve um entendimento por parte de vários grupos presentes de que a permanência no local era complicada. “Estão falando que, se a gente ficar, podemos ser obrigados a pagar uma multa de um dinheiro que nunca vamos ter. Então decidimos que vamos sair agora, mas que nunca, jamais, vamos parar de lutar contra Belo Monte. Essa foi só a primeira ação, agora estamos nos sentindo muito mais fortes e unidos para essa luta”, afirmou uma das lideranças dos pescadores.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CPT

Ecologia dos Pobres e Ecofeminismo

ANTÔNIO CANUTO E
CRISTIANE PASSOS*

O Encontro Nacional de Formação da CPT, realizado entre os dias 17 e 20 de outubro, em Hidrolândia, Goiás, e que reuniu cerca de 60 agentes de todo o país, trouxe como tema a Ecologia dos Pobres e o Ecofeminismo, e como lema “Eis que faço novas todas as coisas” (Apocalipse, 21, 5). Foi o momento de enxergar novas formas de ver o mundo e a sociedade dentro de um contexto ecológico e ambiental, de respeito mútuo entre todos os seres vivos, indo contra os princípios do consumismo, fortemente difundidos pelo capitalismo. O que se debateu neste encontro, foi sintetizado no documento que se chamou Carta de Hidrolândia.

Ao final do Encontro, o Pastoral da Terra conversou com os assessores Maurício Walmann e Nancy Cardoso. Da conversa com Maurício destacamos os seguintes pontos:

Pastoral da Terra - Maurício, nos fale um pouco sobre a Ecologia dos pobres.

Maurício Walmann - A questão ambiental tem a ver com todas as pessoas e classes. Mas são diferentes as respostas. A resposta da burguesia é o ecocapitalismo. A ecologia torna-se um novo padrão de manutenção da desigualdade. A ecologia a partir dos pobres, dos grupos populares, visa garantir a apropriação da riqueza e de melhores condições de vida também para esses grupos. Porque há, também, a exclusão ambiental. Uma comunidade pobre onde ela vai morar? No pior lugar, em área de várzea, no fundo de um vale. Onde vão colocar um lixo? Próximo a um bairro



Foto: CPT Nacional

pobre. Temos que pensar uma relação ambiental adequada, do ponto de vista da preservação dos recursos, mas pensando também em benefícios para os trabalhadores, os oprimidos, as pessoas que normalmente não tem o acesso a essas riquezas.

P.T. - E a relação ecologia, economia e ecumenismo?

M. W. - Não se pode pensar em economia separada da ecologia (as duas palavras tem origem comum), tem que ser uma economia ecológica, pois a ecologia não pode ser pensada só como preservação das espécies, tem a ver com relações humanas, transformando o espaço e com uma forma de organizar a economia. Há um conjunto de ambientalistas que se focam no preservacionismo, propondo manter intacta a natureza, afastando dela os seres humanos. Isso se tornou um problema. A ecologia é uma questão do homem, do homem inserido num contexto. Chico

Mendes dizia que a preservação da floresta só se faz com o homem da floresta. A presença humana dá um sentido à natureza. É uma questão histórica, não é algo que possa ser reduzido só à biologia. Ecologia se conjuga também com ecumenismo, que se refere ao global. Na sua origem oikoumene referia-se ao mundo conhecido, que hoje se confunde com o planeta. Esses três fatores só podem ser resolvidos em conjunto, não tem como resolver uma parte sem resolver o todo e vice-versa. Então há um problema que pela própria universalidade ele é ecológico, econômico e ecumênico.

P.T. - A ecologia é alternativa para a crise econômica?

M. W. - Se for para a economia capitalista não é. Através da mitologia da certificação ambiental, do consumo de produtos orgânicos e de materiais ecologicamente corretos pelas elites, está se colocando a ecologia a serviço

da manutenção da ordem. Isso é ecocapitalismo. Propor a ecologia como solução para a crise econômica, sem mudar o marco, é propor a instrumentalização da ecologia pela economia. Não é o fato de a economia ser “verde” que vai ser melhor, pode até ser pior, pois mais mascarada. É preciso um outro marco, não sei se necessariamente o socialismo...

P. T. - Quais são os três grandes eixos do ambientalismo

M. W. - O primeiro eixo, a eficiência. Está mais ligado à produção industrial, à gestão, à economia de materiais. É uma solução mais técnica que diz respeito a produzir mais com menos energia, e produzir com materiais mais fáceis de serem reciclados ou reaproveitados. O segundo eixo é o culto da vida selvagem. Tem uma postura diretamente voltada para a preservação da vegetação natural, dos animais, etc. E o terceiro, o movimento de justiça ambiental, que leva em conta elementos sociológicos, como a distribuição dos recursos. Os três grandes eixos do ambientalismo geralmente vêm combinados, com o predomínio de um deles. Os movimentos sociais teriam que destacar o parâmetro da justiça ambiental, que busca garantir a estabilidade dos grupos, o acesso à terra e acesso aos recursos.

A Carta de Hidrolândia, em sintonia com as falas de Murício, diz:

“Têm sido tomados de assalto terra e territórios, espaços vitais para as comunidades camponesas se organizarem e se reproduzirem com seu modo próprio de vida, seus valores humanos, econômicos, sociais, culturais e religiosos. Órgãos como MDA, INCRA, IBAMA e congêneres, operadores das políticas para o campo, cumprem papel cada vez mais marginal em relação ao eixo central da política agrário-agrícola, devotada à expansão do agronegócio de

exportação. A este também se submetem as alterações no Código Florestal e todo o aparato legal dedicado ao meio-ambiente, sob a falaciosa fachada de benefício aos agricultores familiares, ‘desenvolvimento sustentável’, ‘capitalismo verde’... O Estado, por omissão ou conivência, tem exposto a sociedade brasileira a uma situação já de barbárie, de que são evidências os assassinatos impunes no campo e a mortandade na cidade, em especial de jovens e negros. O crescimento econômico, po-

tencializado pela crise global, tornada oportunidade de expansão do negócio de bens primários, ainda que potencialize também a inclusão social pelo aumento da renda e do consumo, não se apresenta como uma estratégia soberana de longo prazo. A necessidade de multiplicação e aumento das políticas sociais compensatórias, ao lado da perpetuação das políticas de favorecimento dos ricos, sinaliza que o sistema de expropriação e exclusão estruturais se aprofunda, não é solução e não tem futuro”.

O Ecofeminismo como alternativa

A pastora Nancy Cardoso ajudou os agentes da CPT de todo o país, a analisarem a ecologia a partir de uma ótica de gênero, procurando desmistificar o simbólico e imaginário que se formou em torno da “mãe”. Confira:

Pastoral da Terra - Nancy, o que vem a ser Ecofeminismo?

Nancy Cardoso - O ecofeminismo junta duas paixões ou duas tarefas, que é a questão da luta contra a opressão das mulheres e a luta contra a opressão da natureza. O ecofeminismo entende que o sistema de dominação se alimenta dessas duas dinâmicas e, por isso mesmo, elas precisam ser atacadas conjuntamente. Tanto em nível da análise, como em nível de enfrentamento. O ecofeminismo tem os pés na experiência das mulheres, na luta das mulheres, mas numa compreensão de que precisa fazer uma reorientação, uma reconfiguração das relações sociais entre as pessoas e das pessoas com o planeta. Dentro do movimento ambientalista existem variações - alguns grupos mais conservacionistas e outros mais reformistas, e outros mais radicais. O mesmo se dá no feminismo. Há o feminismo formal, burguês, e o feminismo classista. O feminismo burguês ou clássico busca garantir a participação

das mulheres no mundo como ele está, não interessa se o trabalho é explorado, se gera mais valia dentro do sistema do capital. No feminismo classista, as mulheres questionam não só o patriarcado, mas o capitalismo também. Não querem anexar as mulheres ao sistema que está aí.

P. T. - E a mãe-terra?

N. C. - Tem gente que fala que a terra é mãe e acha que já falou tudo. Aqui entramos no campo do imaginário, do simbólico. A mãe, como ente concreto e material, feita de carne e osso, é um ser marcado por opressão, contradição e manipulação, por uma relação de subordinação, de sacrifício, de sempre dar. Uma figura também explorada comercialmente. A Cutrale, por exemplo, para vender mais seu suco de laranja, produzido por todo um processo de exploração, usa a figura da mãe. De repente a gente se dá conta que trabalha com a figura da mãe e a Cutrale também. Há alguma coisa estranha nisso. Isso nos obriga a uma revisão. A gente se fixar na terra-mãe é problema, porque se consolidam os aspectos negativos da experiência da mãe, ou os conteúdos de subordinação da figura da mãe. Você acaba prisioneira do seu próprio símbolo. Poderia



Foto: CPT Nacional

o latifúndio e a propriedade absoluta da terra, secular entrave para a construção de uma nação justa e igualitária. Um discernimento renovado nos interpelou a assumirmos a ecologia, a partir das práticas e das resistências dos pobres, das mulheres e dos povos, desmistificando o falso mito da sustentabilidade e desmascarando a dominação patriarcal, desde sempre aliada ao ‘progresso’ capitalista e à ‘ordem’ do Estado. Uma dominação traduzida cotidianamente no machismo enraizado em nossas relações humanas, interpessoais e sociais, a oprimir a mulher, até com violências, e a desfigurar nossa humanidade.

Esse enfrentamento incessante no campo convoca a CPT a renovar o seu compromisso de contribuir com a formação, a articulação, a mobilização e a renovação das organizações populares do campo, para que também os camponeses e as camponesas sejam protagonistas das transformações necessárias da sociedade brasileira e mundial. A nós da CPT, a hora exige uma espiritualidade centrada no seguimento radical de Jesus, que o nosso testemunho a serviço do Reino de Deus incorpore o grito das ruas e dos campos e construa relações novas entre mulheres e homens e com a Criação. Somos chamados a desconstruir a teia hierárquica que coisifica e inferioriza a natureza, as mulheres, os pobres, os negros, os indígenas, as minorias e os camponeses. A aliança dos povos da terra nos impulsiona para a perspectiva de um ecumenismo novo e extenso (macroecumenismo), em que a Bíblia, lida e vivida a partir dos pobres e do conflito, dialoga com as teologias afro-descendentes e dos povos originários de nossa América”.

Dentro dessas perspectivas destacadas por Nancy, a Carta Final traz:

“Analisamos a conjuntura nacional e global, a partir do campo nas regiões em que exercemos o nosso serviço pastoral. Questionamo-nos sobre os desafios que deveriam ser incorporados na única e irrenunciável bandeira do campesinato e dos povos do campo: a luta pela terra e pelos territórios, contra